

Migração do PSAP para o CD na Cesp

A lei garante que a opção é individual

Sinergia CUT insiste que é preciso que comitentes cumpram o papel de debater, orientar e defender participantes. Reunião decisiva acontece em dezembro

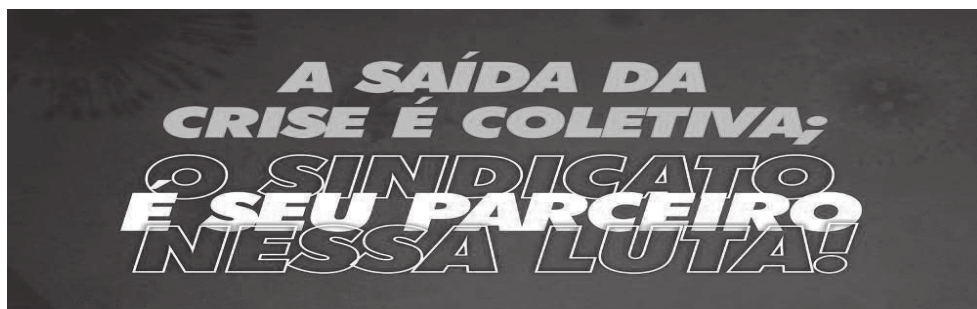
Foi com preocupação e indignação que a direção do Sinergia CUT tomou conhecimento, na última segunda-feira (23), do voto do representante indicado para representar os trabalhadores assistidos no Comitê Gestor (CG) da Cesp, junto à Vivest, com posicionamento totalmente favorável à proposta da empresa, ao aprovar a migração do PSAP (Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensão) para o novo Plano de Contribuição Definida (CD).

A preocupação é consequência do fato de que Carlos Aurélio Klemig Almeida Pires, apesar de apontar que a opção é individual, já começa o voto apontando as justificativas da patrocinadora para a migração, sem nenhuma explicação do comitente, até porque, se o fizesse, certamente votaria contra. Como comitente, deveria assumir a responsabilidade de representar e orientar os representados, papel para o qual foi indicado, ainda que a opção de migração seja individual. Tanto é assim que o voto do representante dos ativos, Paulo Novais, foi contrário à migração na mesma votação.

A indignação é resultado da falta de entrosamento e solidariedade do comitente indicado para representar os assistidos por não ouvir os representados, que já manifestaram a intenção de permanecer no PSAP, bem como a omissão de seguir os demais representantes de trabalhadores eleitos pelas entidades nos comitês do plano, que já apontaram que a migração para o CD traz mais desvantagens para todos os participantes, principalmente pelo fato de que o benefício não é mais vitalício.

PSAP é conquista

Pior: o voto totalmente favorável de Pires à proposta da empresa é omissivo quanto à necessidade de negociação e de acordo entre as partes – representados, empresa e gerenciadora – e



ignora a decisão de todos os demais representantes dos trabalhadores no plano previdenciário. Além disso, dá um aval ao rompimento de contrato, já que o PSAP é conquista de Acordo Coletivo e do edital de venda da Cesp em 1997, mantido no documento de compra e venda em 2018. Esse é mais um dos motivos para que o Sindicato já esteja tomando as providências jurídicas necessárias para preservar os direitos dos trabalhadores, assistidos e pensionistas da Cesp.

Risco só para os participantes

Bom destacar também que esse debate começou em plena pandemia da covid-19 quando, em maio passado, a Cesp decidiu que os novos trabalhadores contratados só seriam admitidos com adesão ao plano CD. Quatro meses depois, em setembro, a empresa propôs a migração de todos para o novo plano. Durante todo esse tempo, o Sinergia CUT estudou as novas regras, conversou com várias entidades e orientou todos os trabalhadores sobre qual a melhor opção individual para cada um.

Com apoio da Fazio Consultoria, especializada em previdência, o Sinergia CUT concluiu que a migração, apesar de ser uma opção voluntária, traz mais desvantagens do que vantagens, já que a renúncia ao PSAP significa também abrir mão de um benefício vitalício para um novo plano que garante apenas uma reserva individual, com

todos os riscos de mercado.

“A cada 12 meses, o participante poderá decidir o valor de seu benefício, sendo que os pagamentos acabam se o saldo da conta zerar. A Cesp, como patrocinadora, não terá mais nenhuma responsabilidade com o participante, seja no caso de ele viver mais do que o previsto, seja se o retorno do investimento for insatisfatório. O risco fica só para o participante, sem nenhuma contrapartida da empresa”, alerta a direção do Sindicato há tempos.

Opção é individual, mas respeito é fundamental

Ainda assim, o Sinergia CUT promoveu uma pesquisa entre trabalhadores da ativa e aposentados da Cesp, de forma virtual, em outubro passado, para saber a opinião dos maiores interessados sobre a proposta de migração de plano PSAP para o CD. Dentre várias perguntas, vale destacar que 98,9% dos entrevistados são contrários à migração.

É por isso que o Sindicato, além de tomar as medidas judiciais cabíveis para defender o direito de todos os participantes, já tem reunião marcada com as várias entidades representativas e comitentes - ativos, aposentados e pensionistas - para fazer cumprir, de fato e de direito, a vontade dos trabalhadores na reunião decisiva do Conselho Deliberativo, marcada para o próximo dia 10 de dezembro. Fique ligado!